

Por Antonio Penteado Mendonça



Assim como falta infraestrutura do governo para lidar com desastres naturais, o País também não se prepara como outras nações quando se trata de vazamento de dados

Faz alguns anos que seguradoras estão analisando e avaliando o potencial dos riscos cibernéticos. Eles, com os riscos de origem climática, são a bola da vez. Os grandes sinistros sairão daí.

Tradicionalmente, as seguradoras indenizavam grandes sinistros de incêndio, lucros cessantes e transportes. Depois, a partir da década de 1970, os riscos de responsabilidade civil assumiram o protagonismo, ganhando destaque pelo tamanho e frequência das indenizações.

Exemplo disto é o desastre de Chernobil. Se a planta estivesse segurada, o vazamento radioativo seria o maior sinistro da história até aquele momento. Os danos a terceiros e ao meio ambiente ultrapassaram fácil a casa dos cem bilhões de dólares.

Ao longo dos últimos anos, esta realidade vem se modificando rapidamente. Novos riscos, inimagináveis duas décadas atrás, estão tomando proporções muito maiores do que as estimativas iniciais.

Os mais visíveis são os danos de origem natural, com ênfase nos desastres climáticos. Furacões, tufões, tempestades tropicais, granizo, neve, secas, queimadas e incêndios florestais estão se alastrando por todos os continentes, sendo que, no último quesito, Estados Unidos e Portugal tiveram lugar de destaque no ano passado. Os incêndios que assolaram a Califórnia e boa parte da região central portuguesa, além de devastar grandes áreas, levaram morte e destruição para os moradores das regiões atingidas.

Brasil não está fora da rota das devastações. Apenas não nos damos conta do tamanho do desastre e continuamos a insistir que o país não é afetado pelos grandes eventos de origem natural. As tempestades que regularmente atingem as mais diversas regiões desmentem claramente isso. Para ficarmos apenas em 2019, o Rio de Janeiro foi palco de uma série de tragédias decorrentes das chuvas torrenciais que varreram o estado. E São Paulo só não ficou mais tempo nas primeiras páginas dos jornais porque as chuvas no Rio de Janeiro foram mais intensas do que as que caíram aqui.

De outro lado, em algumas regiões, a seca cobrou seu preço, comprometendo a colheita de mais de um produtor. E agora chegamos no período das queimadas, com toda as chances de a vegetação seca ser devorada por incêndios capazes de adquirir grandes proporções.

Mas enquanto o mundo, além de se proteger contra eventos naturais, se preocupa também com outros tipos de danos que já ocorrem regularmente, principalmente por causa do uso massivo da

tecnologia da informação, o Brasil segue deitado em berço esplêndido, indiferente aos danos consequentes dos ataques cibernéticos.

Estudos recentes apontam que, por causa dos ataques cibernéticos, o mundo suportará perdas acima do trilhão de dólares nos próximos anos. É número para ninguém colocar defeito e pode ultrapassar a ordem de grandeza dos desastres naturais.

Os países ricos estão desenvolvendo ações nas mais diversas áreas para minimizar o impacto destes ataques sobre a economia e a vida das pessoas e das empresas.

Bastam os recentes vazamentos dos dados de milhões de clientes de algumas poucas empresas, acontecidos nos últimos seis meses, para dar uma pequena ideia do tamanho do risco. Como ficou claro, informações confidenciais podem ser acessadas por hackers com competência e capacidade para transformá-las em chantagem, dinheiro e poder.

As seguradoras estão desenvolvendo programas de garantias de risco capazes de limitar essas perdas e, ao mesmo tempo, pela ordem de grandeza, preservar a solvência e capacidade de ação. Já existem apólices para fazer frente a vários tipos de perdas possíveis, mas para que sejam contratadas é necessário que o cidadão tenha noção do risco que o ameaça.

É aí que o Brasil mais uma vez está atrás de outros países.

A maioria dos brasileiros não tem ideia do que sejam os ataques cibernéticos. E isso inclui bom número de empresários. As estatísticas nacionais mostram que os ataques são mais comuns do que se pensa e que já causam prejuízos de monte. Mas o que adianta isso se o interessado não se interessa em saber?

Fonte: O Estado de S. Paulo, em 08.07.2019.